

O Condestável da Cruz de Lorena



*Petrônio Raimundo Gonçalves Muniz**

Resumo: Charles de Gaulle e sua época, seu patriotismo, seus pensamentos e suas ações são o objeto deste ensaio extraído de palestra proferida em 18 de junho de 2002, no auditório do IGHMB, ao ensejo do transcurso de mais um aniversário do célebre "Apelo".

Palavras-chave: Charles de Gaulle, França Livre, Terceira República Francesa.

Eu mantive a impressão, em contato com esse alto e fleumático homem – aqui está o Condestável de França.

Winston Churchill, maio 1940.

Primavera de 1927. Na *École Supérieure de Guerre*, um marechal de França dignava-se a apresentar pessoalmente àquele arcótipo o conferencista do dia. Um simples capitão de infantaria, alto e taciturno. Aos circunstantes respeitosa e atentamente disse-lhes o vencedor de Verdun: "Senhores – ouçam o Capitão de Gaulle... Ouçam-no com atenção, pois dia virá em que a França reconhecida apelará para ele."

Nenhum dos presentes, fosse ele Henry-Philippe Pétain ou Charles-André Joseph Marie de Gaulle poderia dimensionar ou sequer intuir o conteúdo dramaticamente profético daquela apresentação.

* Doutor em Direito e Historiador.

Os deuses, para afastar dos homens maiores tormentos nesta vida, lhes negaram o poder de desvendar o futuro.

Assim, por mercê divina e fraqueza humana, foram naquele instante poupados, não os poucos privilegiados assistentes à reunião, mas todo o povo francês de antever as circunstâncias apocalípticas em que, 13 escassos anos depois, aquele apelo haveria de ter lugar.

Verão de 1940. A beleza festiva da natureza emoldurava o crepe da agonia de uma nação guerreira. Ante um universo aturdido e estupefacto, desenrolavam-se os últimos lances da maior catástrofe militar dos tempos modernos. O Exército francês, exemplo do mundo, espelho da existência de glórias da sua nação, estava batido. Desintegrara-se.

A Terceira República, meio ao caos incontrolável, ao espírito de abandono e ao pânico quase generalizado, perdera o rumo,

Soçobrava celeremente açoitada pelas vagas da invasão. Estertorava.

E, com o presente brutalmente esfacelado pela debaixe militar, desacreditou no futuro. Desacreditando, comprometeu-o afrontando o próprio passado, crendo, dessa feita, ceder a um destino inevitável.

Defrontada com o dilema inexorável de prosseguir a guerra fora das fronteiras metropolitanas já cobertas pela maré montante do inimigo, ou cessar todas as hostilidades em separado, a Terceira República fez a sua escolha. Pediu armistício. Confessava-se definitiva e inapelavelmente vencida, decorridos apenas trinta e nove dias do lançamento da ofensiva alemã, ocorrida na madrugada de 10 de maio.

Por isso, a mesma voz que, 24 anos antes, repetira a imortal divisa *Ils ne passeront pas* por sobre as ruínas sangrentas mas inexpugnadas do campo fortificado de Verdun, informava agora, a um povo em estupor, haver demandado ao inimigo um meio honroso de pôr termo à luta. O frio e as sombras envolveram as terras de França em pleno calor do estio.

Naquele ocaso trágico de uma nação soberana, um pequeno avião voou rumo à Inglaterra. Nos longes da história ressurgiam os torreões dos castelos-fortes acometidos cinco séculos antes por Joana, a camponesa de Domrémy, em celeste missão de libertar o mesmo país de outro invasor.

Na cabine da aeronave, um homem seguia para o desterro. Expatriava-se voluntariamente naquela hora terminal. Náufrago isolado, arriscava de uma só vez o "tudo" para quase todos. Nome, família, posição,

carreira, futuro. De seu, nada lhe restava salvo a própria vida.

Mas esse homem solitário "levava consigo, naquele pequeno aeroplano, a honra da França".

Jamais a grandeza fora tão pungentemente descrita como nessas poucas palavras do único homem que, naquela ocasião, era também grande bastante para dimensioná-la e senti-la – o indomável "leão britânico" Winston Churchill.

Na gesta gaulesa surgia agora, do fundo dos tempos e no torvelinho da tragédia, o seu mais puro e autêntico herói. Obedecendo ao que definiu como o "apelo mudo mas imperativo da França," o filho cujo nome confundia-se com o da mãe-pátria seguia para o seu encontro marcado com o destino.

Para retomar as palavras tocantes de Henry Amoureux, que admiravelmente traduziu esse apocalíptico instante:

Separado, e separado pela mais rude das derrotas, do seu passado, do seu meio, da sua Pátria, foi naquele momento, sem dúvida, que ele se deu por ambição não apenas levantar a bandeira, o que poderia ser o feito de não importa qual heróico soldado da fortuna, mas ainda e sobretudo de tomar-se, no exílio, o intransigente representante da nação francesa que ele pretendia encarnar solitariamente, sem outro mandato que o do infortúnio.

Cometimento extraordinário. Intraduzível pela frase; inconcebível pela imaginação. Inexistente nos registros da História. Um homem isolado, no seu próprio dizer, "desvalido de força ou de quaisquer das formas clássicas de legitimidade – eleição, manda-

to ou direito hereditário, assumir os destinos do seu país na encruzilhada fatal da sua existência”.

Do início dessa fabulosa saga, testemunha-nos as *Memórias de Guerra*:

Diante do vazio aterrorizante da renúncia geral, minha missão apareceu de vez, clara e terrível. Nesse momento, o pior da sua história, cabia a mim assumir a França.

A França perdeu uma batalha!

Mas a França não perdeu a guerra.

Quanto à natureza da missão “clara e terrível” a executar, nenhuma dúvida:

O que eu estava resolvido a salvar era a Nação francesa e o Estado francês. O que eu tinha de trazer de volta à guerra não eram apenas os franceses, mas a França.

O “trazer de volta à guerra” envolvia e transcendia infinitamente mais que a sublime luta pela redenção da honra de uma nação. Importava, sim, profeticamente, no conceito da natureza mundial do conflito do qual as operações franco-alemães eram apenas o prelúdio.

“Nada está perdido porque esta guerra é uma guerra mundial.”

O “trazer de volta à guerra” representava a via dolorosa irremível de assegurar à França uma posição de relevância no mundo futuro, garantindo-lhe o lugar de prestígio que então, *par droit de conquête*, lhe caberia na História.

“É preciso que a França, nesse dia, esteja presente na vitória.”

“Então, ela reencontrará sua liberdade e sua grandeza.”

Acreditar nesses postulados em meio à catástrofe total, naquele sombrio junho de

1940, raríssimos visionários poderiam fazê-lo. Agir em consequência, em perfeita sanidade mental, somente um homem seria capaz. Porque, a tanto necessitaria “conduzir a própria França em si mesmo” como o expressou, em iluminadas palavras, André Malraux.

Proclama-o insuspeitamente Edmond Pognon em seu livro admirável:

Houve um momento na história da França em que ela existiu unicamente através desse ser; quando encarnou-se inteiramente nele, quando, no rigor dos termos, ele foi a França.

A gênese dessa situação sem paralelo encontramos-la, indubitavelmente, na *certaine idée* do general sobre a sua pátria, exprimida com estilo impecável em trecho antológico das *Memoires de Guerre*.

Admirando-a misticamente como “a princesa de um conto de fadas ou a Madona dos afrescos” acreditava-a votada a um “destino eminente e excepcional”, incompatível com quaisquer outros objetivos menos grandiosos. “A França, tal como a vejo, não pode ser a França sem a Grandeza.”

“A França não pode ser a França sem a Grandeza.”

Esses nobilitantes sentimentos quedar-se-iam porém ignorados no limbo das boas intenções, não pertissem eles de um homem excepcional, de um caráter *hors de pair* irredutivelmente convicto de que sua pátria “haveria de atravessar provas gigantescas” consistindo-lhe a missão de sua vida prestar-lhe “alguns serviços assinalados” quando chegada fosse a ocasião.

Desvendando sua personalidade e filosofia de vida no surpreendente *Le Fil de*

L'Épée (um dos melhores estudos já escritos sobre a liderança), o general projeta-se por inteiro quando analisa um dos elementos essenciais ao líder ideal de homens – o caráter.

Em face do acontecimento, é a si próprio que recorre o homem de caráter. Seu movimento é impor a sua marca na ação, de chamá-la a si, de fazê-la o seu assunto.

É longe de abrigar-se sob a hierarquia, de ocultar-se nos textos, de cobrir-se com relatórios, ei-lo que se ergue, firma-se e desafia.

É, em trágica premonição da catástrofe de 1940, explicita o seu comportamento ao profetizar:

Mas, quando os acontecimentos se tornam graves, o perigo premente, quando a salvação comum exige iniciativa imediata, o gosto do risco e a solidez (...). Uma espécie de vagalhão profundo impelle ao primeiro plano o homem de caráter. Onde já se viu uma grande tarefa ser realizada sem que um homem de caráter sinta irresistível necessidade de agir?

Finalmente, rompendo de golpe entre o formalismo e o essencial, deixa evidente que nas grandes crises os padrões regulamentares *podem e devem* ser ultrapassados, exemplificando-o através de concludentes exemplos históricos:

Nada teria sido conseguido se esses homens tivessem cedido aos conselhos da mesquinha prudência ou às sugestões de uma covarde modéstia.

Mais do que isso, aqueles que realizam grandes coisas devem ignorar as convenções de uma falsa disciplina.

Assim, Lyautey conservando o Marrocos, a despeito de ordens superiores. Assim, em 1914, Lanrezac salvando o seu exército depois de Charleroi, rompendo o combate a despeito das instruções recebidas e, após a batalha naval da Jutlandia, ocasião perdida pelos ingleses de destruir a armada alemã, Lord Fischer, Primeiro-Lorde do Almirantado, ao receber os relatórios do Almirante Jellicoe, comandante da frota britânica, lamentava com tristeza: "Ele tem todas as qualidades de Nelson, salvo uma: não sabe desobedecer".

Portanto, a conduta do general, militar exemplarmente disciplinado, poderia ter surpreendido a muitos, exceto ele próprio. O *divortiorum aquarum* traduzido no "Apelo aos Franceses" de 18 de junho de 1940 trouxe tão-somente ao conhecimento público uma vida cuja existência anterior havia sido uma preparação para essa hora e essa prova.

Corroborava este juízo o trecho de Maurice Druont, escrito com o estilo e a autoridade de membro da Academia Francesa:

Parece que ele [o general] jamais tenha duvidado, desde a infância, do papel excepcional que haveria de representar.

Este papel, seu orgulho o reclamava, sua intuição o anunciava, seu pensamento nisso se preparava e sua paciência o aguardava.

...

Ele estava pronto. Senão, como teria mostrado, desde logo, uma tal certeza de si e uma tal exigência serena ao tratar de igual para igual as nações, quando era apenas um homem só, exilado de sua própria pátria?

Essa conjunção de circunstâncias extraordinárias, única e certamente a última na história dos povos, possibilitou o milagre desconhecido de todas as teorias políticas.

Uma nação imersa na derrota, presa do desespero e da vergonha, ouvir ser proclamada, com o mundo inteiro por testemunha, em verdadeiro ato de fé, esperança e orgulho, a crença inabalável na sua ressurreição.

Afortunada França, que nas trevas do infortúnio encontrou tal filho respondendo-lhe o apelo,

“Ah, mãe, tal qual somos, eis-nos para vos servir.”

A recusa em aceitar como definitiva a derrota militar no território metropolitano, com fundamento nas razões cartesianamente argüidas de “honra, bom senso e do interesse superior da Pátria”, corporificada no imortal documento, deu assim pública forma ao extraordinário contrato entre dois protagonistas não menos extraordinários: um homem predestinado e uma pátria em agonia.

Pacto *sui-generis* cuja resistência, a três décadas de acontecimentos sem precedentes, a todos enseja a perspectiva temporal suficiente para o dimensionamento da sua grandiosidade, alcance e profundidade excepcionais.

Sendo negado obediência às decisões de um governo em dissolução, e reconhecimento a um regime incapaz de assegurar a soberania e a independência do país, com violação à ordem moral de um povo que, desde Vercingetorix, jamais se curvara à submissão, pôde o Estado francês, naquele instante supremo encarnado na figura onímoda do mais ilustre dos seus filhos, ter garantida a continuidade das suas verdadei-

ras instituições. E muito mais ainda. Ver anunciada *urbí et orbí* a legitimidade intrínseca de um movimento insurrecional de oposição ao ordenamento formalmente jurídico emanado de uma assembléia nominalmente existente.

Esse paradoxo imenso – a legitimidade na exceção – ousou reivindicá-lo o general. E o mais formidável: transmudá-lo em idéia-força e jurisdicizá-lo, fazendo-o aceitar como legalmente válido.

Conseguiu-o na sua solitária odisséia o general, por ser não um chefe de partido ou facção política no exílio, ou comandante militar na disputa do poder, mas a expressão corpórea da alma imortal da própria França.

Pôde fazê-lo, unicamente, o general, na qualidade de homem de Estado, ciente como Aristóteles da distinção entre o justo natural e o “justo legal” e, por isso mesmo, consciente do caminho a seguir nessa encruzilhada fatal.

Não afrontou a ordem jurídica existente pelo desvalor dos seus preceitos, senão para legitimá-la no sentimento ancestral de um povo e nos objetivos permanentes de uma nação cuja primeira aspiração é o existir. Mas existir “livre, na honra e na independência”.

Contestou-a de fato e de direito para não permitir que aquele mesmo ordenamento, inadaptado estruturalmente às crises e emergências excepcionais viesse a transformar-se, sem clamor algum de protesto, no sudário de morte do Estado francês.

Porém, nem mesmo a convicção inabalável da justeza do seu gesto histórico em “assumir a França” jamais o confundiu quanto à natureza de exceção da legitimidade

profunda que encarnava, oriunda daquele apelo “vindo do fundo dos séculos”.

A desconcertante resposta, entre gentileza e ironia a Henry Queuille, em Argel, no ano de 1943, remarcando-lhe o caráter insurrecional do governo que integrava, ressalta, no âmago de uma situação de fato, a dominância de um raciocínio sob cânones eminentemente jurídicos e sua conformidade ao aspecto legal da legitimidade.

O grande cabo de guerra, por sua formação humanista (“no fundo das vitórias de Alexandre encontra-se sempre Aristóteles”), pelo conhecimento profundo das lições da História e por uma visão inigualável de estadista, sabia, e muito mais que isso, sentia no poder de fato que assumira a imprescindibilidade da autoridade legal inerente ao Estado. Pois, como já dito alhures, “só a ordem jurídica define uma nação civilizada; só ela lhe desvenda e realiza o futuro; só ela eterniza e marca na universalidade das nações o lugar de um verdadeiro Estado”.

Como bem salienta Guy Mollet em recente obra sobre a Constituição Francesa de 1958, “a idéia que, cumprindo o seu dever em 1940, pudesse ser taxada de ilegitimidade, mesmo quando o poder legítimo abdicava, lhe era insuportável”.

O estabelecimento de uma estrutura de governo – de caráter provisório –, o reconhecimento internacional da França Livre, a manutenção do princípio da soberania do povo francês e das instituições legítimas do Estado republicano, vale dizer, a jurisdicização de sua conduta histórica, foi-lhe preocupação dominante desde a primeira hora.

Atormentava-o a idéia de que tudo acontecera pela vacância na legislação francesa

de mandamento que assegurasse, sem ruptura da legitimidade constitucional, poderes ao Presidente da República suficientes para enfrentar situações de gravidade excepcional e manter, nessas conjunturas, a independência e a integridade do país.

Dai porque, em coerência tenaz com o seu passado, em 1958, quando de volta à dignidade de chefe do Governo, fez incluir nos dispositivos da Carta Magna francesa, durante os trabalhos de reforma constitucional, o atual artigo 16, que assegura ao chefe do Estado os poderes necessários para tomar as medidas exigidas pelas circunstâncias, “quando as instituições da República, a independência do país, a integridade do seu território ou o cumprimento dos seus compromissos internacionais estiverem ameaçados de maneira grave e imediata e o funcionamento dos poderes públicos constitucionais estiver interrompido”.

Poderes inexistentes em 1940 que permitissem o Presidente Lebrun transportar-se a Argel e continuar a guerra, compelindo-o a convocar *in-extremis* o venerando Marechal Pétain para a chefia do Governo, “abrindo assim caminho à capitulação”, como fez lembrar com propriedade o general, ao justificar tão audaciosa e revolucionária norma ao Direito Constitucional francês.

É quando, nos debates sobre o texto, o mesmo Guy Mollet apresentou-lhe os riscos e perigos a que poderiam conduzir o uso abusivo de tal preceito, o general lhe respondeu peremptoriamente: “Introduza no texto todas as medidas de salvaguarda, todas as precauções que desejar, mas faça-

mos de sorte que aquilo que se produziu em 1940 não seja mais possível.”

Poderes que em 23 de abril de 1961, já institucionalizados, lhe permitiram na plenitude “da legitimidade francesa que a nação me conferiu”, enfrentar e vencer a revolta dos generais de Argel – “um punhado de generais reformados” –, conjurar a guerra civil iminente, prosseguir na política de descolonização iniciada e consagrada posteriormente por imensa maioria de votantes e assegurar, uma vez mais ainda, a integridade do Estado francês a tão duras penas defendida desde o imortal apelo de 18 de junho.

Qual outro o teria conseguido, como fez o general naquelas circunstâncias – a mais grave crise entre o Exército e o poder político na França no pós-guerra –, por maiores recursos que dispusesse?

Quem, senão “este velho extenuado de provações” seria detentor de tamanho prestígio para dirigir-se à nação naquela crise, em termos tão pessoalmente tocantes e ao mesmo tempo de tal modo imperativos?

Ah, meu querido e velho País, eis-nos ainda uma vez juntos diante de uma pesada prova. Em virtude do mandato que o povo me concedeu e da legitimidade que eu encarno após vinte anos, peço a todos e a todas que me apoiem aconteça o que acontecer.

Quem, senão ele, revestiria de maior autoridade o legado deixado ao Exército de sua pátria, quando, ao evocar aquela Guerra da Argélia perante dois mil oficiais durante as celebrações do 17º aniversário da libertação da cidade de Estrasburgo, pronunciou essa lição imperecível.

Mas, desde que o Estado e a Nação tenham escolhido seus caminhos, o dever militar está fixado de uma vez por todas. Fora dessas regras ele não pode existir, restando apenas soldados perdidos.

Afortunado país capaz de gerar um varão que encarnasse, não durante vinte, mas por quase trinta anos, a legitimidade nacional sobrepairando o horizonte visual dos partidos políticos e suas querelas, mantendo durante todo esse tempo, *dentro ou fora do governo*, o significado de sua presença, sua profunda ligação com o povo e o seu pacto inquebrantável com as raízes da nacionalidade.

Afortunado solo capaz de gerar um varão cuja magistratura moral, tão destacadamente superior e autêntica, pudesse curvar não apenas o adversário da véspera, mas triunfar de sentimentos antagônicos inexpugnáveis ao raciocínio lógico, pois fundados em personalíssimas razões de ordem afetiva e emocional.

No comovente depoimento de Jean Pouget, testemunhamos Madame Philippe Pétain, viúva do ex-marechal de França caído em desgraça, desejando civicamente pronunciar-se no primeiro referendun da Quinta República, em 28 de setembro de 1958, e confusa ainda no dia mesmo da consulta popular a ponto de procurar na missa matinal o auxílio para o seu drama de consciência, declarar posteriormente ao seu voto: “Cumprí o que o meu marido haveria de ter feito no interesse da França: *J’ai dit oui à de Gaulle.*”

O voto favorável ao general era mais uma vez o *sim* à própria França.

Quem percorrer a existência desse extraordinário condutor de homens verá a

constância do seu amor “sem desfalecimentos pela França” traduzir-se na procura incessante da legitimidade para seus atos; no esforço incansável para o aprimoramento das instituições democráticas francesas; na proclamação impertérrita do direito, a autodeterminação dos povos; no reconhecimento diuturno do valor da liberdade para o destino das nações; na defesa dos direitos individuais face ao gigantismo estatal e na advertência de público reiterada sobre a perda de qualquer superioridade política, jurídica e moral dos governos que, sob quaisquer pretextos, negam esses valores, terminando por se nivelarem aos próprios sistemas que pretendem combater.

Verá que, mesmo fiel à política da “França de mãos livres”, jamais tergiversou quanto aos compromissos com a liberdade – o seu posicionamento nas crises do Muro de Berlim e dos mísseis soviéticos em Cuba são apenas dois marcantes exemplos. Testemunha-o, insuspeitamente, o general norte-americano Vernon Walters no livro *Poderosos e Humildes*, recentemente publicado pela Biblioteca do Exército:

Por vinte e cinco anos, de uma posição privilegiada, observara este grande homem. Ele era uma personalidade complexa. Amara tanto a França que se identificara com ela. Às vezes isso o tornara um aliado difícil. Porém, quando a situação se agravava, ele sempre ficava ao nosso lado.

Verá, finalmente, que esse filho ilustre, mesmo sem possuir acentuada vocação liberal, por temperamento e profissão, jamais, fossem quais fossem as pressões do momento, confundiu a legitimidade profunda

que encarnava “ao lado dos literais dispositivos constitucionais” com o direito de exercer o poder desvinculado do pronunciamento expresso e soberano do povo, única fonte legítima, por ele mesmo reconhecida e proclamada, daquele mesmo poder.

Para o general, ao contrário de Napoleão, “o Direito e a Justiça não estavam com o canhão de maior calibre”.

O respeito à vontade nacional livremente expressa e o conseqüente acatamento às suas decisões avulta – para a honra da França – como o traço dominante e permanente da atuação pública desse homem de armas incorruptível à tentação de empolgar o poder pela força ou dela valer-se arbitrariamente para impor suas verdades à consciência dos seus concidadãos.

Comportamento – ressalte-se, tanto mais valioso, tanto mais dignificante, tanto mais sublime, quanto sabidas as restrições que sempre manteve ao povo de sua pátria – “franceses que tão alto guardava no coração e tão baixo os via”, como lembra Philippe Alexandre. Restrições por sua inconstância, seu imediatismo, pela sua lassitude e pelos “fermentos de dispersão” que cultivava, incompatíveis, uns e outros, com os cimos grandiosos, únicos ao seu ver dignos de uma nação “cujo gênio é iluminar o universo”.

Testifica-o o diálogo pungente mantido com Michel Droit a propósito desse tema sempre tão presente e angustiante para o general.

Este, depois de lamentar a falta de ambição nacional dos povos modernos, começa a meditar em voz alta, quase em solilóquio, desesperançado pelo tão pouco in-

teresse dos seus compatriotas para com os destinos da França.

Na semi-obscuridade, o general não é mais que uma sombra em minha frente. Uma sombra imensa, cuja voz baixa como a luz do dia e cuja silhueta parece ir desaparecendo pouco a pouco sob as espáduas que se curvam e pelo desencorajamento das palavras.

Repentinamente, de uma só vez a sombra se alteia. Os punhos permanecem ainda apoiados no birô, mas os braços se distendem semelhantes a cabos de aço suspendendo uma estátua.

A última frase do General fora: "Sim, os franceses viverão; eles manterão a sua vidinha." Então, bruscamente a voz trágica e desesperada lança de suas profundezas: "Mas a França, ela não viverá mais."

Mas não lhe desconhecendo as fraquezas, nunca lhe minimizou as grandezas, nem a capacidade inextinguível de ingentes esforços para as mais ásperas e gloriosas ações.

Transformar esse magma fluido, inconstante e amorfo da vontade popular na rocha inquebrantável da consciência de uma nação importava-lhe não em sufocar essa vontade. Ao contrário. Em despertar-lhe as potencialidades, contagiar-lhe com um ideário superior e conduzir-lhe as linhas de força, no supremo esforço "da renovação e do reerguimento".

Foi-lhe a vida inteira a lição reiterada, pela palavra e pela ação, que essa imensa tarefa transcende os poderes de um homem ou de uma classe por mais iluminado ou predestinada que se julgue ser.

É a missão comum da nação por inteiro, tornada consciência, participe e responsável pelos destinos do país, através de uma liderança superior livremente consentida. E também por um complexo institucional suficientemente forte para permitir e suportar o entrecchoque das opiniões e a discussão das *verdades* de cada um, dentro do clima de respeito e liberdade indispensável à validade de todos os resultados. Instituições, por seu turno, suficientemente fortes em sua legitimidade para impedir o êxito da atuação desagregadora dos grupos patologicamente empenhados na destruição da ordem legal e do Estado dela decorrente.

Onde lição intensamente mais dramática do valor e da eficácia desses postulados do que nos tristemente famosos idos de maio de 1968? Os ominosos tempos da *chénit* (desordem).

Com a desordem nas ruas, com a universidade, o comércio, a indústria e os serviços paralisados por greve geral, com a subversão generalizando-se, com o povo amedrontado, com o governo perplexo, com os adversários prontos ao "golpe de graça" e a assumir o poder, com a guerra civil novamente às portas, com sua amada França em novo perigo mortal e com o coração sangrando por aquela juventude que negava a espiritualidade patriótica, o general falou à nação.

Duraram suas palavras cinco minutos. Tempo apenas suficiente para realinhar aos franceses a legitimidade nacional e republicana do governo e sua disposição de manter a ordem constitucional, e para alertar-lhes quanto aos riscos de "se resignarem ao poder do vencedor que se imporia auto-

eraticamente ao desespero nacional". Tempo apenas suficiente para dizer-lhes que se algo existia de errado, a nação seria convocada na devida hora a pronunciar-se em referendo sobre as reformas a serem adotadas, mas que, naquele momento, estava mobilizada para uma ação cívica em torno dos poderes constituídos e das instituições legítimas; tempo apenas suficiente para concluir garantindo-lhes solenemente que "a república não abdicaria, o povo se recuperaria, e que o progresso, a independência e a paz triunfariam com a liberdade".

Apenas cinco escassos minutos. Tempo bastante para ser contida a inundação, alterado novamente o curso da História e fazer um país mudar de mãos.

Assim, o povo francês, nas encruzilhadas decisivas do país, passou a ouvir a voz grave do seu velho campeão, convocando-o a pronunciar-se direta e responsabilmente sobre os rumos a serem seguidos, o que vale dizer, a construir o próprio destino.

Como bem ressaltado pelo Vice-Presidente Marco Maciel no Prefácio à edição brasileira de *O Fio da Espada*, através do referendo – "a mais democrática das vias" – a vontade da nação francesa transmutou-se em centro de irradiação normativa. Aquele recurso foi utilizado pelo *grand Charles*, não como uma contrafação para reafirmar o querer oficial tornando-o onipotente, porém "como resposta a um imperativo, e um recurso para quem, em momentos de crise, e ao ver impugnadas as suas intenções, deseja certificar-se sobre se está ou não identificado com a vontade da nação to-

mada como um todo", nessa feliz definição do esquecido e também General Antonio de Spínola.

Enquanto a vontade nacional assim expressa o escudou, pelo tempo que o povo francês, compreendendo ou intuindo os seus objetivos o secundou, enquanto a República assegurou-lhe crédito e confiança inabaláveis, não vacilou o firme timoneiro em enfrentar todos os mares, conduzindo a nau da pátria em sua singradura para a grandeza.

Em 27 de abril de 1969, talvez incomodado pela sombra do gigante, ou fatigado pelo esforço de longos anos para permanecer "nos cumes", ou quem sabe, desejoso apenas de fruir a tranquilidade da planície, esse mesmo povo rompeu o contrato famoso negando-se a segui-lo no referendo sobre o Senado e as Regiões, cortando com pequena maioria a grande reforma institucional que se seguiria "rumo à participação", a obra síntese de toda a atuação política do general.

Os capitães das tempestades são mal aceitos nos ventos da bonança. Cumpria-se mais uma vez o vaticínio de Tácito: "A marca dos grandes povos é a ingratidão para com seus grandes homens."

"Eu cesso de exercer as minhas funções de Presidente da República. Esta decisão tem efeito hoje, ao meio-dia."

Um pouco abaixo, a assinatura inclinada: C. de Gaulle.

A epopéia iniciada solitariamente em 18 de junho de 1940 chegara definitivamente a seu termo. O proscênio, vazio, poderia voltar às dimensões comuns. Nele já não cubiam mais titãs.

Perdia o fio a espada que, por trinta anos, fora a honra de um Exército, a esperança de um povo e a grandeza de uma nação.

Le grand Charles reencontrava sua solidão. “E ele somente ele como testemunha de sua glória e de sua razão”, do verso de Rimbaud. Regressava definitivamente ao seu verdadeiro reino. A torre hexagonal – forma geográfica da França amada, que mandara construir na velha mansão da Boiserie, por entre carvalhos seculares e em cujos jardins refloria em cores vivas cada nova primavera o seu emblema: uma cruz de Lorena, longa de dez metros. O mesmo local de onde, onze anos antes, atendendo a novo apelo da pátria, saíra para reassumir o governo e salvar, pela segunda vez, o Estado francês *in articulo mortis*.

Dezenove escassos meses após, no anoitecer outonal de 9 de novembro de 1970, treze dias antecedendo o seu 80º aniversário, como um daqueles gigantes da floresta atingido por fulgor dos céus, abatia-se aquele que a premonição do seu único igual – Winston Churchill –, reconhecera como “o homem do destino”. O primeiro dos franceses pertencia agora à História. A França pode ser finalmente unânime em reconhecer-lhe a grandeza.

Homem de outras eras, profeta dos novos tempos, atravessou sua época em diálogo permanente com a posteridade.

Familiar à idéia da morte, aceita como “o jogo divino do herói”, viveu camonea-

namente as suas *obras valerosas*, como se daquela lei fosse liberto, abraçando tarefas e enfrentando missões superiores à temporariedade humana.

Possante e solitário, desprezando todas as doutrinas e respeitando cada opinião, se impôs aos homens e dominou os acontecimentos. Destruíu mitos do determinismo e da irreversibilidade dos ventos da História. Forjou, com a têmpera do seu caráter, o molde dos novos rumos para uma velha nação.

Estrategista pragmático na ação militar e na atuação política, insuperável na arte do aproveitamento das contingências, perlongou a estrada da vida candidamente leal aos ideais de infância, cujos sonhos desconhecem obstáculos e acometem o impossível.

Consciente da sua incontestável primazia dentre seus compatriotas, esse monarca, esse “prodigioso agente de mutação da História”, no dizer de Pouget, arvorou fielmente, durante toda sua longa vida, as insígnias de uma corporação que se dedica sem restrições ao dever, à disciplina e à obediência, para se fazer reconhecer simplesmente por aquilo que sempre e apenas se julgou ser – um soldado, um servidor da França.

Em suas próprias palavras: “Antes de tudo, a salvação da Pátria.”

Charles André Joseph Marie de Gaulle, o Condestável da Cruz de Lorena. O mundo não verá outro igual.



A Nação que confia em seus direitos em vez de confiar em seus soldados engana-se a si mesma e prepara sua própria queda.

Ruy Barbosa